

Ata nº 108 / XIII / 3.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de janeiro de 2018, pelas quatorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência com a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses ASDP

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados e presentes. Cumprimentou os Senhores Embaixadores em representação da Associação Sindical e prestou esclarecimentos sobre a forma como iria decorrer a audiência.

No ponto único da ordem do dia, foi dada a palavra aos Senhores **Embaixadores**.

Tomou a palavra o **Presidente do Conselho Diretivo da ASDP, Embaixador João Ramos Pinto**, para fazer a apresentação da respetiva delegação, referindo terem sido recentemente eleitos, em outubro 2017. Referiu que o objetivo da sua vinda à Comissão é o de apresentar cumprimentos e trazer duas questões eleitorais as quais havia já tratado, numa reunião havida com a s foram tratadas na reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. As questões são referentes ao direito de voto nas eleições presidenciais e legislativas. Desse modo, as questões a apresentar à Comissão são referentes às restrições orçamentais aplicadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, as quais dificultam o cumprimento da sua missão, nomeadamente, a falta de recursos humanos. Lembrou que Portugal tem uma boa imagem no exterior, para a qual os diplomatas contribuem, dando como exemplo os processos que levaram à eleição do Senhor Ministro das Finanças para a Presidência do *Eurogrupo* e de António Guterres para Secretário-Geral das Nações Unidas, existindo outras candidaturas na calha. Nessa medida, e para que a diplomacia portuguesa continue a atingir os seus objetivos pedem um reforço dos recursos humanos.

Tomou, em seguida, a palavra o Senhor **Embaixador Manuel Marcelo Curto, Presidente da Assembleia Geral**, para lembrar a questão da exclusividade à qual os diplomatas estão adstritos, sendo que, esta também se aplica aos cônjuges, razão pela qual, no fim de uma vida de trabalho estes casais só podem contar com uma pensão. Referiu que, com frequência, o cônjuge acompanha o diplomata nos diversos postos consulares que ocupa ao longo da sua carreira, situação que leva a que obrigação a que o cônjuge está adstrito torne a carreira menos atrativa e dificulte o recrutamento na fonte. Em muitos casos o cônjuge não consegue exercer a sua profissão no posto consular onde o diplomata exerce funções, dando como exemplo países como o Irão e a Arábia Saudita. Nas situações em que existem filhos a situação torna-se ainda mais difícil, sendo o estatuto familiar algo que preocupa esta associação porque pesa muito no exercício da profissão de diplomata.

Posteriormente, tomou a **Dra. Cláudia Boesh**, para reforçar a questão levantada pelo Senhor **Presidente da Assembleia Geral**, enfatizando o desenraizamento da família dos diplomatas do país natal e da língua materna. Sublinhou as alterações recentes sofridas no universo da emigração portuguesa, relembrando que enquanto o número de cidadãos portugueses a residirem fora do território nacional aumentou, as restrições financeiras a que a rede consular foi sujeita, levaram a uma forte contração. Referiu que os postos consulares têm procurado dar resposta as solicitações mas o facto é que, sendo esta nova geração de emigrantes portugueses mais informada e exigente, que tem a expectativa de obter uma resposta do serviço público no estrangeiro igual àquela que existe em território nacional.

Por fim tomou a palavra o **Dr. Ricardo Alves**, lembrando que as dificuldades colocadas aos diplomatas em termos familiares, de saúde e de segurança, têm consequências nas escolhas que os diplomatas fazem, situação que nem sempre permite garantir que os postos consulares mais estratégicos para a política externa portuguesa estejam bem assegurados. A falta de recursos humanos, por falta de conselheiros económicos, culturais e militares, leva a um maior peso e exigência nas funções a exercer pelo diplomata, individualmente. Por outro lado, as representações diplomáticas representam locais que asseguram serviços públicos aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que dependem de diversos ministérios para obtenção do cartão cidadão, passaporte, carta de condução, etc. A legislação que regula estas matérias é desenhada

para o território nacional, não dando resposta às necessidades específicas dos cidadãos que residem no estrangeiro.

Terminadas as intervenções dos **Senhores Embaixadores**, o **Senhor Presidente** tomou a palavra para referir que Portugal e os Senhores Deputados têm o maior apreço pelos seus diplomatas e pelo importante trabalho que desempenham em prol da política externa portuguesa. As questões trazidas pelos Senhores Embaixadores são da maior seriedade e merecem uma resposta política. Referiu que apesar dos esforços de devolução de rendimentos levados a cabo pelo atual Governo, a situação vivida pelos consulados não resulta de especial malevolência por parte do poder político mas de uma reflexão que é necessário fazer sobre o papel que Portugal quer dar ao seu serviço externo, apesar de ser um país com recursos muito limitados. É necessário aproveitar o ativo histórico da sua presença e da sua diplomacia, relembrando a dívida de Portugal tem para com o excelente trabalho diplomático, ao longo de séculos, para conquistar e manter a sua independência. Nessa medida, Deputados estão conscientes das dificuldades sentidas pelos diplomatas devendo reconhecer a especificidade desta carreira.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para cumprimentar os Senhores Embaixadores e referir que acompanha as palavras do Senhor Presidente, excetuando na parte referente à diplomacia dos impérios. No seu entender, a Comissão está aberta à discussão de uma proposta a apresentar pela **ASDP** de criação de um estatuto familiar, em conexão com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, mostrando a disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para melhorar as condições em que os diplomatas exercem as suas funções.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para cumprimentar os Senhores Embaixadores e referir que a mensagem do Senhor Presidente mostrando a disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para dar resposta às dificuldades sentidas.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para cumprimentar os Senhores Embaixadores e referir que as questões trazidas não são novas, tendo sido já apresentadas pelo anterior **Conselho Diretivo**. Lembrou que as dificuldades sentidas ao nível orçamental e de falta de recursos humanos, assim como, familiares devem ser

sublinhadas, sendo o trabalho de diplomatas e restantes funcionários consulares exemplar, apesar das dificuldades relatadas. Questionou sobre se estas questões já haviam sido colocadas à tutela e quais tinham sido as soluções apresentadas pelo Governo.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Maria Rola (BE)** para cumprimentar os Senhores Embaixadores e agradecer as preocupações por eles trazidas ao conhecimento da Comissão. Referiu que os problemas relatados não são estranhos ao seu Grupo Parlamentar, sendo transversais a toda a rede consular, considerando que os funcionários públicos que exercem funções no estrangeiro não devem ser esquecidos ou relegados para segundo plano. Quanto ao estatuto familiar questionou sobre se já existe alguma proposta concreta ou se se tratam apenas de reflexões que vieram partilha com a Comissão. Mostrou a total disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para as propostas que venham a apresentar.

Terminadas as intervenções das Senhoras Deputadas, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Assembleia Geral** para responder. Este agradeceu mais uma vez o facto de terem sido recebidos pela Comissão e o acolhimento das Senhoras Deputadas face aos problemas por eles trazidos. Referiu que existe o estatuto de diplomata mas não um estatuto para as suas famílias, lembrando existir também uma associação de familiares de diplomatas à qual iriam sugerir serem recebidos pela Comissão para apresentarem uma proposta concreta sobre o estatuto familiar. Pretendem também falar com outras associações de profissionais da rede diplomática antes de fazerem uma proposta concreta para a solução das preocupações relatadas,

Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi terminada a ordem do dia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A reunião foi encerrada pelas 15 horas, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Magalhães
Sérgio Sousa Pinto
Ana Passos
Carla Cruz
Carla Sousa
Lara Martinho
Maria Augusta Santos
Maria Manuel Rola
Paula Teixeira da Cruz
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Paulo Pisco

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20 de fevereiro de 2018.